CARLOS OLAVO MESCHDE DA SILVEIRA (Matrícula nº 57209784/2) – Delegados de Polícia Civil pela prática, em tese, da conduta acima descrita, que se comprovada constitui transgressão disciplinar ao artigo 74, incisos I, VI, VIII, XXXIX, XL e XLII e artigo 81, inciso II, da Lei Complementar nº 022/94 c/c o Art. 190, inciso II, da Lei 5.810/94;

II – DESIGNAR as servidoras **SIMONE EDORON MACHADO, ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO e ISOMARY ANDRADE RÉGIS MONTEIRO – Delegadas de Polícia Civil**, para, através de Processo Administrativo Disciplinar, sob a presidência da primeira e em comissão, apurarem, no prazo de **60 (sessenta) dias**, as acusações citadas contra aos servidores em questão, assegurando-lhes os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

III – Deliberar que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, ainda, poderá reportar-se diretamente às Autoridades e Órgãos da Administração Pública, ou proceder a diligências indispensáveis à instrução processual;

IV – À Corregedoria Geral da Polícia Civil e às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos para que adotem as providências de estilo ao pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RILMAR FIRMINO DE SOUSA

Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo: 197846

PORTARIA Nº 014/2017-DGPC/PAD, DE 27 DE JUNHO DE 2017.

O Delegado Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94...

CONSIDERANDO a conclusão do Inquérito Policial nº 346/2016.100081-3-0, de 24/10/2016, instaurado pela Divisão de Crimes Funcionais, em que os servidores **PAULO SÉRGIO FRADE DE ARAÚJO – Escrivão de Polícia Civil e ALBEDS FERREIRA DE SOUSA – Motorista Policial Civil**, foram indiciados pela prática de crime previsto no artigo 316, caput, do CPB, tendo como vítima THIAGO ANDERSON TEIXEIRA, o qual teria sido conduzido à Seccional Urbana de Marituba em 08/08/2015 e na ocasião teriam exigido certa importância em dinheiro em troca de sua liberdade e demais fatos conexos;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar o ilícito administrativo atribuído aos servidores em questão, através da instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de proceder à fiel apuração dos fatos, assegurando-lhes os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

R E S O L V E:

I – INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com fulcro no que dispõe o artigo 91, da Lei nº 022/94, figurando como acusados os servidores **PAULO SÉRGIO FRADE DE ARAÚJO – Escrivão de Polícia Civil (Matrícula nº 5133769/1) e ALBEDS FERREIRA DE SOUSA – Motorista Policial Civil (Matrícula nº 5812178/1)**, pela prática, em tese, da conduta acima descrita que, se comprovada, constitui transgressão disciplinar prevista no artigo 74, incisos XIII, XXV, XXXIV, XXXV e XXXIX da Lei Complementar nº 022/94;

II – DESIGNAR os servidores **ALCIDÉA NEIDE DA SILVA FEITOSA, ISOMARY ANDRADE RÉGIS MONTEIRO – Delegadas de Polícia Civil e MARIA OFÉLIA ALBANO BAIMA – Escrivã de Polícia Civil**, para, através de Processo Administrativo Disciplinar, sob a presidência da primeira e em comissão, apurarem, no prazo de **60 (sessenta) dias**, as acusações citadas contra os servidores em questão, assegurando-lhes os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

III – Deliberar que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, ainda, poderá reportar-se diretamente às Autoridades e Órgãos da Administração Pública, ou proceder a diligências indispensáveis à instrução processual;

IV – À Corregedoria Geral da Polícia Civil e à Diretoria de Recursos Humanos para que adotem as providências de estilo ao pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RILMAR FIRMINO DE SOUSA

Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo: 197943

PORTARIA Nº 301/2017-GAB/CGPC/DIVERSOS DE 26/06/2017

CONSIDERANDO: a conclusão da AAI nº 413/16-GAB/CGPC de 03/11/16, que apurou a conduta da servidora S.F.R.C., mat. nº 57198716, conforme portaria instauradora;

CONSIDERANDO: não haver indícios de transgressão disciplinar praticada pela servidora sindicada;

RESOLVE: Determinar o ARQUIVAMENTO dos autos da AAI nº 413/16-GAB/CGPC de 03/11/16, com fundamento no artigo 90, inciso I da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores.

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

DOMINGOS SAVIO ALBUQUERQUE RODRIGUES
Coordenador do Interior

PORTARIA Nº 302/2017-GAB/CGPC/DIVERSOS DE 26/06/2017

CONSIDERANDO: a conclusão da AAI nº 15/17-GAB/CGPC de 17/01/17, que apurou as circunstâncias do acidente de trânsito, envolvendo a VTR Toyota/Hilux, placa nº QDF-9156, disponibilizada à DEAM/Pro Paz, conforme portaria instauradora;

CONSIDERANDO: não haver indícios da prática de transgressão disciplinar no fato apurado;

RESOLVE: Determinar o ARQUIVAMENTO dos autos da AAI nº 15/17-GAB/CGPC de 17/01/17, com fundamento no artigo 90, inciso I da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores.

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

DOMINGOS SAVIO ALBUQUERQUE RODRIGUES
Coordenador do Interior

PORTARIA Nº 303/2017-GAB/CGPC/DIVERSOS DE 26/06/2017 30/06/2017

CONSIDERANDO: a conclusão da AAI nº 96/17-GAB/CGPC de 02/05/17, que apurou as circunstâncias do arrombamento e subtração, em tese, de um notebook, patrimônio da PC/PA., cautelado para a Sup. de Paragominas, conforme portaria instauradora;

CONSIDERANDO: não haver indícios da prática de transgressão disciplinar no fato apurado;

RESOLVE: Determinar o ARQUIVAMENTO dos autos da AAI nº 96/17-GAB/CGPC de 02/05/17, com fundamento no artigo 90, inciso I da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores.

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

DOMINGOS SAVIO ALBUQUERQUE RODRIGUES
Coordenador do Interior

PORTARIA Nº 304/2017-GAB/CGPC/DIVERSOS DE 26/06/2017

CONSIDERANDO: a conclusão da AAI nº 334/16-GAB/CGPC de 26/07/16, que apurou as circunstâncias do roubo, em tese, da arma de fogo, tipo PISTOLA, .40SW, SÉRIE: SZA84137, PAT.: 18525, conforme portaria instauradora;

CONSIDERANDO: não haver indícios suficientes de irregularidade funcional praticada pelo servidor;

RESOLVE: Determinar o ARQUIVAMENTO dos autos da AAI nº 334/16-GAB/CGPC de 26/07/16, com fundamento no Art. 90, inciso I, da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores, devendo ser providenciada a baixa da cautela da arma em nome do servidor A.O.M., mat. nº 5107342.

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

REGINA MARCIA RAIOL LIMA
Coordenadora da Capital e Região Metropolitana

PORTARIA Nº 305/2017-GAB/CGPC/DIVERSOS DE 27/06/2017

CONSIDERANDO: a conclusão da AAI nº 269/16-GAB/CGPC de 29/06/16, que apurou as circunstâncias do furto, em tese, da arma de fogo, PISTOLA, .40SW, SÉRIE: SGX18891, PAT.: 40397R, em 05/12/15, conforme portaria instauradora;

CONSIDERANDO: não haver indícios suficientes da prática de transgressão disciplinar no fato apurado;

RESOLVE: Determinar o ARQUIVAMENTO dos autos da AAI nº 269/16-GAB/CGPC de 29/06/16, com fundamento no Art. 90, inciso I, da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores, devendo ser providenciada a baixa da cautela da arma e carregador com dez munições em nome do servidor.

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

DOMINGOS SAVIO ALBUQUERQUE RODRIGUES
Coordenador do Interior

PORTARIA Nº 306/2017-GAB/CGPC/DIVERSOS DE 28/06/2017

CONSIDERANDO: a conclusão da AAI nº 240/16-GAB/CGPC de 06/06/16, que apurou as circunstâncias do furto, em tese, do par de algemas e colete balístico de propriedade da PC, em 08/04/16, nesta capital, conforme portaria instauradora;

CONSIDERANDO: não haver indícios suficientes da prática de irregularidade funcional por parte de policiais civis;

RESOLVE: Determinar o ARQUIVAMENTO dos autos da AAI nº 240/16-GAB/CGPC de 06/06/16, com fundamento no Art. 90, inciso I, da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores, devendo ser providenciada a baixa da cautela de um par de algemas, um colete balístico e um carregador de pistola .40, em nome do servidor I.J.P.Q., mat. nº 5411971.

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

REGINA MARCIA RAIOL LIMA
Coordenadora da Capital e Região Metropolitana

PORTARIA Nº 307/2017-GAB/CGPC/DIVERSOS DE 28/06/2017

CONSIDERANDO: a conclusão da AAI nº 444/16-GAB/CGPC de 11/11/16, que apurou a conduta do servidor, A.S.D., mat. nº 5412250, conforme portaria instauradora;

CONSIDERANDO: a inexistência de elementos que possam comprovar a ocorrência de transgressão disciplinar praticada pelo servidor sindicado;

RESOLVE: Determinar o ARQUIVAMENTO dos autos da AAI nº 444/16-GAB/CGPC de 11/11/16, com fundamento no artigo 90, inciso I da Lei Complementar nº 022/94 e alterações posteriores.

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

REGINA MARCIA RAIOL LIMA
Coordenadora da Capital e Região Metropolitana

PORTARIA Nº 311/2017-GAB/CGPC/DIVERSOS DE 30/06/2017

CONSIDERANDO: a conclusão da AAI 227/15/AAI/GAB/CGPC de 30/06/15, que apurou a conduta do servidor M.S.R., mat. nº 57233643, conforme portaria instauradora;

CONSIDERANDO: restar comprovada a transgressão disciplinar;

RESOLVE: aplicar de acordo com o artigo 90, inciso II (segunda parte) da Lei complementar nº 022/94, a pena disciplinar de 15 (quinze) dias de Suspensão, ao servidor M.S.R., mat. nº 57233643, por transgressão disciplinar no artigo 74, incisos VII e XLI da Lei Complementar nº 022/94 e suas alterações posteriores, a qual deverá, em razão de conveniência para o serviço público, ser convertida em multa conforme prevê o artigo 79 § 1º do mesmo Diploma Legal.

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

DOMINGOS SAVIO ALBUQUERQUE RODRIGUES
Coordenador do Interior

Protocolo: 197907

PORTARIA Nº 013/2017-DGPC/PAD, DE 27 DE JUNHO DE 2017.

O Delegado Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94...

CONSIDERANDO: o teor do Memorando nº 052/2017-GAB/DRH, de 22/05/2017, encaminhando CERTIDÃO DE FALTAS, em que consta que a servidora **MARIA MERCEDES SEIXAS AVELAR – Escrivã de Polícia Civil**, lotada na Seccional Urbana da Sacramenta, apresentou faltas injustificadas nos períodos de 01/01/2017 a 31/01/2017; 01/02/2017 a 28/02/2017; 01/03/2017 a 31/03/2017 e 01/04/2017 a 30/04/2017, estando, desde então, ausente de seu local de trabalho, obtendo faltas consecutivas ao serviço, conduta que, em tese, indica o cometimento de inassiduidade habitual e abandono de cargo, e demais fatos conexos;

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar o ilícito administrativo atribuído à servidora em questão, através da instauração de Processo Administrativo Disciplinar, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

R E S O L V E:

I – INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, baseado no artigo 91 da Lei Complementar nº. 022/94, figurando como acusada a servidora **MARIA MERCEDES SEIXAS AVELAR – Escrivã de Polícia Civil (Matrícula nº 55719/1)** pela prática, em tese, da conduta acima descrita, que se comprovada constitui transgressão disciplinar ao artigo 74, incisos I e XXXIX e artigo 81, inciso II, da Lei Complementar nº 022/94 c/c o Art. 190, inciso II, da Lei 5.810/94;

II – DESIGNAR as servidoras **ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO e SIMONE EDORON MACHADO – Delegadas de Polícia Civil e PAULO EDUARDO VAZ BENTES – Escrivão de Polícia Civil**, para, através de Processo Administrativo Disciplinar, sob a presidência da primeira e em comissão, apurarem, no prazo de **60 (sessenta) dias**, as acusações citadas contra a servidora em questão, assegurando-lhe os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

III – Deliberar que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, ainda, poderá reportar-se diretamente às Autoridades e Órgãos da Administração Pública, ou proceder a diligências indispensáveis à instrução processual;

IV – À Corregedoria Geral da Polícia Civil e às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos para que adotem as providências de estilo ao pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RILMAR FIRMINO DE SOUSA

Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo: 197941